

ADVÉRBIOS FÓRICOS COMO EXPRESSÃO DE INTERSUBJETIVIDADE¹*PHORIC ADVERBS AS AN EXPRESSION OF INTERSUBJECTIVITY**Roberto Gomes Camacho²**Pedro Henrique Truzzi de Oliveira³***RESUMO**

Ao tratar de como a subjetividade e a intersubjetividade atuam na Gramática Discursivo Funcional, Mackenzie (2017) situa as relações objetivas no Nível Representacional e as relações subjetivas e intersubjetivas no Nível Interpessoal. As de natureza subjetiva ficam restritas ao falante, enquanto o fio condutor que rege as relações intersubjetivas consiste basicamente numa ênfase na orientação do falante para o ouvinte, permitindo distinguir três subcategorias de intersubjetividade: a atitudinal, orientada para o falante, a responsiva, orientada para o ouvinte, e a textual, que serve para organizar o discurso de que ambos são participantes. Pretendemos nos limitar a esse terceiro tipo de intersubjetividade. Com base em Mackenzie (2014) o fenômeno que elegemos aqui como objeto de estudo são advérbios fóricos de natureza locativa, como *aqui*, *cá*, *aí*, *ali* e *lá*, que fazem referência endofórica a entidades anteriormente mencionadas (anáfora) e a entidades posteriormente mencionadas (catáfora). A presente análise se baseia em exemplos de uso real da língua falada retirados do banco de dados *Iboruna* (Gonçalves; Tenani, 2008), e exemplos de uso real da língua escrita retirados de edições da revista *CartaCapital*, especificamente das edições de junho de 2019 a junho de 2020. Os resultados mostram a existência da escala [Contexto Discursivo > Contexto Situacional Restrito > Contexto Situacional Abrangente], que prevê a existência de um acordo tácito entre os interlocutores na interação sobre a distância maior ou menor entre o conteúdo referenciado e o advérbio fórico envolvido. Quanto mais distante a relação, maior o ruído que causa na comunicação, situação que requer a reativação do referente mediante o uso do fórico junto com um sintagma preposicionado especificador.

PALAVRAS-CHAVE: Intersubjetividade. Conte advérbio fórico.

ABSTRACT

When dealing with how subjectivity and intersubjectivity operate in Functional Discourse Grammar, Mackenzie (2017) inserts objective relations into the Representational Level and subjective and intersubjective relations into the Interpersonal Level. Those of a subjective nature are restricted to the speaker, while the guiding thread governing intersubjective relations basically consists of an emphasis on the speaker's orientation towards the listener, making it possible to distinguish three subcategories of intersubjectivity: attitudinal, speaker-oriented, responsive, listener-oriented, and textual, which serves to organize the discourse in which both are participants. We intend to limit ourselves to this third type of intersubjectivity. Based on Mackenzie (2014), the phenomenon we have chosen as our object of study are locative adverbs, such as *here* (*aqui*, *cá*) and *there*

¹ Agradecemos as críticas e sugestões d(a)os pareceristas, que deram uma valiosa contribuição para o aperfeiçoamento deste texto. Os problemas que restarem são, todavia, de nossa inteira responsabilidade.

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, campus de São José do Rio Preto, roberto.camacho@unesp.br, <https://orcid.org/0000-0002-8897-7953>.

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, campus de São José do Rio Preto, pedro.truzzi@unesp.br, <https://orcid.org/0000-0001-7514-8438>.

(*aí, ali, lá*), which make endophoric reference to previously mentioned entities (anaphora) and to subsequently mentioned entities (cataphora). This analysis is based on examples of real spoken language use taken from the Iboruna database (Gonçalves; Tenani, 2008), and examples of real written language use taken from issues of *CartaCapital* magazine, specifically from June 2019 to June 2020 issues. The results show the existence of the scale [Discoursal Context > Narrower Situational Context > Broader Situational Context], which predicts the existence of a tacit agreement between the interlocutors in the interaction about the greater or lesser distance between the referenced content and the adverbial phrase involved. The more distant the relationship, the greater the noise it causes in communication, a situation which requires the reactivation of the referent through the use of the adverb together with a specifying prepositional phrase.

KEYWORDS: Intersubjectivity. Context. Adverbial phrase.

Introdução

Ao erigir as bases da Linguística moderna, Saussure (1977 [1916]) já havia apontado para uma natureza epistemológica inerente às ciências da linguagem, ao afirmar que é o ponto de vista que cria o objeto. Esse aforismo serviu como base argumentativa para Saussure afirmar também que o fenômeno ao mesmo tempo multiforme e heteróclito da linguagem encontra homogeneidade na língua, organizada como um sistema de valores. Colocar em relevo a língua, no entanto, levou os herdeiros da linguística saussuriana a reduzirem a dimensão subjetiva e intersubjetiva da linguagem, pondo em segundo plano a agentividade dos sujeitos participantes e, em primeiro plano, o protagonismo do próprio sistema de signos e de regras.

Foi com Benveniste (1974) que o tema do agenciamento, mediado pelas dimensões da subjetividade e da intersubjetividade, aflorou ainda bem cedo nos estudos da linguagem. Ainda assim, a associação entre a linguística estruturalista, que floresceu até meados do século XX, e uma epistemologia notadamente *objetivista* (Lakoff; Johnson, 1999), foi, segundo Silva “alimentada pela concepção da mente como espelho da realidade, do pensamento como abstrato e desvinculado da experiência e do contexto, e da linguagem como faculdade autónoma” (Silva, 2011 p. 95). Neste cenário, a (inter)subjetividade na linguagem não foi considerada como tema relevante de investigação, ficando no limbo, por algum tempo, o postulado de Benveniste sobre o efeito da presença dos interlocutores na língua.

Para Benveniste, a noção da linguagem como instrumento de comunicação acaba pondo, na realidade, o homem em oposição à natureza, que é tão só pensada como um instrumento material para se entender como essa oposição distancia dois elementos que são, na verdade, constituídos por relação mútua, já que a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou, como fabrica um instrumento de trabalho (Benveniste, 1974, p. 285).

A observação da linguagem em sua prática cotidiana, que mostra haver não apenas uma troca entre interlocutores, mas também um objeto de troca, dá a entender, como o faz Saussure, que o intercâmbio linguístico possa se restringir à instrumentalização do objeto de troca. Na realidade, o homem é um ser de linguagem, não um ser que instrumentaliza a linguagem para um fim definido. A linguagem e o homem fazem parte de uma mesma gênese, na medida em que “viabiliza a existência de eu-tu, como sujeitos, mediante o respeito à condição de interação” (Werner, 2006, p. 398); na

medida em que o outro é condição necessária para a prática da linguagem, é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*, porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de “ego” (Benveniste, 1974, p. 286).

Assim, também fica perceptível que a subjetividade, conforme pensa Benveniste, não se limita ao *eu*, mas à relação de intersubjetividade estabelecida pelo par *eu-tu*, relação dialógica por natureza. Além de apontar a emergência da subjetividade (e da intersubjetividade) através da linguagem, Benveniste considera a dêixis como elemento crucial. A dêixis surge na capacidade humana de apontar, de dizer mostrando, de indicar, mas de indicar sempre para um outro. Além da referência a si mesmo, a indicação da (inter)subjetividade também acontece através da indicação do tempo e do espaço: as formas temporais (como os tempos verbais) e os índices de ostensão (como *este*, *aqui* e etc.). Ambas as categorias, espaço e tempo, são dependentes da categoria de pessoa. Por fim, além dos elementos dêiticos, a subjetividade pode ser indiciada por todas as formas que configuram uma atitude do enunciador (Benveniste, 1974, p. 85). Nessa mesma linha, afirma Lyons (1982) que a subjetividade é o modo como as línguas naturais, na sua estrutura e no seu modo normal de funcionamento, permitem ao agente locucionário exprimir-se a si próprio e às suas próprias atitudes e crenças (Lyons, 1982, p. 102).

Em que pesem as ideias de Benveniste (1966), secundadas pelo postulado de Lyons (1982), foi somente nas duas últimas décadas, segundo Silva, com o desenvolvimento da Linguística Cognitiva e da Linguística Funcional, que a subjetividade na linguagem passou a ser tema central de investigação linguística. Isso se deve, “à epistemologia *experencialista* (Lakoff; Johnson 1999) que sustenta as perspectivas cognitivista e funcionalista da linguagem, em particular à assunção dos princípios da cognição *corporizada* e socioculturalmente *situada* e da linguagem como parte integrante da cognição e como expressão da experiência individual, social e cultural” (Silva, 2011, p. 95).

Do mesmo modo que o suporte do cognitivismo e do funcionalismo é um parceiro imprescindível na apreciação das relações constitutivas entre *eu* e *tu*, a verificação de procedimentos argumentativos permite avaliar os efeitos pragmáticos do uso de advérbios locativos na construção textual-discursiva. Está em nossos objetivos verificar o que ocorre basicamente no Componente de Saída da Gramática (Hengeveld; Mackenzie, 2008) com vistas ao gatilho cognitivo das expressões fóricas fincado na intersubjetividade, cuja origem, no modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) se assenta basicamente na relação entre o Componente Contextual e o Componente Conceptual, situados à margem do Componente Gramatical, mas estabelecendo com ele fortes relações de interdependência.

Pode ocorrer que a empreitada proposta acabe em final inglório. Em uma avaliação que fazem do maior ou menor peso que as abordagens funcionalistas dão à dimensão cognitiva da gramática, Butler e González-García (2005) tomam como base de comparação a análise de 35 propriedades aplicadas a seis modelos funcionais (GDF, RRG, LSF, Goldberg, Fillmore *et alii* e Gramática Cognitiva).

O agrupamento mais impermeável à dimensão cognitiva é o que contém a GDF e a Gramática de Papel e Referência (RRG), seguido de perto pelo que contém a variante de Gramática de Construção de Goldberg e a Gramática Cognitiva (Langacker, 1987). Esse agrupamento elaborado por Butler e Gonçalves-García (2005) reitera a inserção dos dois modelos mais formais, a GDF e a RRG, no tipo identificado por Croft (1995; 2015 *apud* Butler; Gonçalves-García 2005) como “formalista/funcionalista misto”.

A associação seguinte que inclui as abordagens mais conectadas une, por um lado, o modelo construcionista de Goldberg com o da Gramática Cognitiva, e, por outro, a Linguística Sistemática Funcional e o modelo cognitivista de Fillmore *et alii* (1998 *apud* Butler; Gonçalves-García, 2005). Embora a GDF dê maior peso a fatores cognitivos que sua predecessora, a Gramática Funcional de Dik (1997), essa posição não se reflete numa possível tendência do modelo para o agrupamento que abriga as abordagens mais claramente cognitivas e construcionistas. Na verdade, conforme apontam Butler e Gonçalves-García (2005), a GDF mantém similaridade em grau elevado com a RRG, um dos modelos mais voltados para o polo formalista.

Em que pese a situação da GDF nessa escala, pretendemos insistir no argumento de que esse arcabouço mantém uma abertura para a dimensão cognitiva, ainda que considerada reduzida por Hengeveld e Mackenzie (2008), e ancorada no Componente Conceptual, considerado externo ao gramatical. O fenômeno que elegemos como objeto de estudo são os advérbios locativos *aqui*, *cá*, *aí*, *ali* e *lá*, que fazem referência endofórica no interior do texto a entidades anteriormente mencionadas (anáfora) e a entidades posteriormente mencionadas (catáfora). Em geral, a definição da referência mediante o uso de fóricos locativos tem um forte comprometimento com as atitudes do falante em relação ao conhecimento de curto e longo prazo de seu interlocutor, o que, de fato, consiste em indiciadores de intersubjetividade.

Para tanto, este trabalho se organiza da seguinte maneira: a seção 1 trata brevemente do arcabouço teórico da GDF e o modo como a intersubjetividade é tratada dentro do modelo; a seção 2 apresenta os mais recentes desenvolvimentos do Componente Contextual, o mais comprometido com intersubjetividade; a seção 3 faz a apresentação dos dados e da amostra; a seção 4 descreve e analisa a expressão da intersubjetividade no uso mediante o uso de advérbios fóricos; para finalizar, as considerações finais dão algumas generalizações sobre o papel da intersubjetividade na GDF.

1. A Gramática Discursivo-Funcional e o conceito de intersubjetividade

A GDF, “um modelo gramatical que constitui um componente de uma teoria geral de interação verbal mais ampla com o objetivo de ser igualmente válida para todos os tipos de línguas”⁴ (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 25), tem quatro níveis de análise: o Nível Interpessoal (NI), o Nível Representacional (NR), o Nível Morfossintático (NM) e o Nível Fonológico (NF).

⁴ Cf. o original: *it is a grammatical model that constitutes one component of an overall theory of verbal interaction and aims to be equally valid for all types of languages*.

Os dois primeiros são níveis de Formulação, um processo que “diz respeito às regras que determinam o que constitui representações pragmáticas [NI] e semânticas [NR] subjacentes válidas em um idioma”⁵ (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 2). Os outros dois são níveis de Codificação, que “convertem essas representações pragmáticas e semânticas em representações morfossintáticas [NM] e fonológicas [NF]”⁶ (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 2).

O processo de produção, tal como concebido pela teoria, inicia-se com uma intenção comunicativa no Componente Conceptual, que passa pelo Componente Gramatical em seus dois níveis de Formulação, o Interpessoal e Representacional, e os dois níveis de codificação, o Morfossintático e o Fonológico até a articulação do enunciado. Os autores buscam, com essa orientação descendente, garantir o princípio de adequação cognitiva do modelo, isto é, refletir a ordem adequada da produção conforme evidência psicolinguística (Levelt, 1989 *apud* Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 2).

Ao tratar de como a subjetividade e a intersubjetividade atuam na GDF, Mackenzie (2017) lembra o conceito de subjetividade na filosofia e de seu reflexo na linguagem. Segundo Mackenzie (2017), o conceito de Langacker (1985) de subjetividade está intimamente relacionado com a dêixis, já que, ao fazer referência ao contexto, essa categoria pragmática torna explícita a presença do falante. Outros mecanismos lexicais, como o uso do modificador *infelizmente*, podem ser usados para exprimir a atitude subjetiva do falante sobre o Conteúdo Comunicado, uma das dimensões do Nível Interpessoal. Segundo entende Ferrari, “em linhas gerais, a subjetividade envolve tipicamente um sujeito da consciência, que desenvolve uma visão pessoal e subjetiva dos fatos, representando-a no discurso” (Ferrari, 2018, p. 73). O ponto de vista objetivo tende a ser visto como um simulacro de como as situações se apresentam na realidade; um ideal, segundo Ferrari (2018), que nunca se observa na prática. Como as línguas são indissociáveis dos falantes, a pressuposição de neutralidade consiste numa idealização. Relações objetivas e subjetivas são uma questão de gradiência, segundo Traugott e Dasher (2002): as expressões mais objetivas requerem que a construção do significado se assente num número mínimo de inferências e as expressões (mais) subjetivas são as que identificariam dêixis espacial e temporal e marcas explícitas de atitude dos participantes do processo de interação.

Em razão disso, Mackenzie (2017) situa as relações objetivas no Nível Representacional da GDF e as relações subjetivas e intersubjetivas no Nível Interpessoal. Há, todavia, modificadores com escopo em camadas próprias do Nível Representacional, cujo significado pode ser considerado mais objetivo, como *carro verde*, e mais subjetivo, como *carro maravilhoso*. Também modalizadores epistêmicos conferem certo grau de subjetividade ao conteúdo de uma proposição. No entanto, para Mackenzie (2017), as de natureza subjetiva ficam restritas ao falante, como o uso de modificadores atitudinais, enquanto o fio condutor que rege as relações intersubjetivas consiste basicamente numa ênfase na orientação do falante para o ouvinte, o que implica envolver os dois participantes da situação

⁵ Cf. o original: *Formulation concerns the rules that determine what constitute valid underlying pragmatic and semantic representation in a language.*

⁶ Cf. o original: *Encoding concerns the rules that convert these pragmatic and semantic representations into morphosyntactic and phonological ones.*

interacional, de um modo muito próximo também da visão pioneira de Benveniste (1974)⁷.

Tanto a subjetividade quanto a intersubjetividade são propriedades amplamente discutidas na literatura cognitivista. A esse respeito, Verhagen (2005 *apud* Mackenzie, 2017, p. 51) propõe como intersubjetividade a coordenação dos sistemas cognitivos de conceptualizadores presentes numa situação dialógica. Para esse autor, deve-se incluir a negação mediante o uso de *não* no rol dos mecanismos de intersubjetividade em razão de rechaçar a opinião de outro sobre o mesmo conteúdo comunicado. Por conseguinte, a ideia na qual se assenta o conceito de intersubjetividade é a orientação do falante para o ouvinte, na visão de Narrog (2012 *apud* Mackenzie, 2017). Ghesquière, Brems e Van de Velde (2012 *apud* Mackenzie, 2017) distinguem três subcategorias de intersubjetividade: a atitudinal, orientada para o falante, a responsiva, orientada para o ouvinte, e a textual, que serve para organizar o discurso de ambos os participantes. Pretendemos nos limitar a esse terceiro tipo de intersubjetividade voltado para a coesão textual.

Sobre os mecanismos de intersubjetividade orientados para o texto, Mackenzie (2017) argumenta que, por ser o Componente Contextual um terreno comum partilhado pelo Falante e pelo Ouvinte, ele representa a sobreposição das experiências individuais que resultam da interação verbal. Menciona entre diversos outros fenômenos, o *priming* estrutural, ou seja, a reutilização de estruturas morfossintáticas, como a que se dá em (1b e 2b), cuja explicação não pode se restringir nem à objetividade, nem à subjetividade.

- (1) a. A reunião correu bem?
b. Correu.
- (2) a. A reunião não correu bem?
b. Correu, correu (Mackenzie, 2017, p. 60)

Ao produzir o enunciado (1a), o falante evoca um conjunto de elementos ativados no Componente Contextual, a saber, os Estado de Coisas *reunião* e *correr*, e o modificador *bem*. Em (2a), os mesmos elementos são evocados, uma vez que o artigo definido e o operador de negação são constituintes que já dispõem, por si sós, de um elevado grau de intersubjetividade. A relação de intersubjetividade derivada do uso do artigo definido é um reflexo da inferência do falante de que a informação do evento, a reunião, está ativada como dada na mente do ouvinte.

A intersubjetividade, presente no Componente Contextual durante a produção de um enunciado, está na assunção pelo falante de que determinadas informações não precisam ser codificadas, por já estarem suficientemente disponíveis no contexto e, conseqüentemente, no Componente Conceptual

⁷ O tratamento da evidencialidade na GDF é crucial para se entender como essa categoria opera no Nível Interpessoal e no Nível Representacional, ou seja, como um fundamento subjetivo e como fundamento objetivo, respectivamente. Hengeveld e Dall'Aglio Hattner (2015) entendem que, como resultado de um raciocínio dedutivo, a evidencialidade pertence à gramática objetiva e, portanto, ao Nível Representacional: quando, por outro lado, o falante não apresentar suas próprias deduções do processo e sentir a necessidade de indicar que é outra a fonte da informação, como é caso da evidencialidade reportativa, a evidencialidade pertence à gramática subjetiva e tem sua origem no Nível Interpessoal.

da GDF. A noção de inferência sugerida, aqui também relevante, e postulada por Traugott e Dasher (2002), assenta-se na premissa de que a interação é um evento essencialmente colaborativo construído pelos participantes e, nesse caso, para os autores, trata-se da atenção que o falante presta à autoimagem do ouvinte. Está no centro desse processo de cognição social o apontamento dêitico, que se destaca pela orientação de um foco para o qual se dirige a atenção do interlocutor.

Marques de Lima (2009, p. 333), por um lado, considera o que chama de “dêitico espacial” como uma pista linguística capaz de organizar a cena comunicativa em diferentes planos de atenção, atribuindo à relação entre dêixis e contexto um caráter mais refinado do que aparenta ter. Oliveira (2023), por outro lado, menciona esse aspecto, mas o relaciona à orientação de um foco que dirija a atenção do interlocutor, para situar o tipo de perspectivização processada pelos pronomes locativos, que é como ela designa as formas *aqui*, *cá*, *aí*, *ali*, e *lá*, fenômenos que constituem seu objeto de pesquisa como participantes privilegiados de um processo de construcionalização de expressões como *olha aqui*, *segura aí*, *fale lá* etc.

Preferimos, no entanto, designar essa categoria fórica por “advérbio locativo”. A categoria de palavras gramaticais que designamos por essa expressão é caudatária do termo “proadvérbio” (*proadverb*), empregado por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 401) para identificar uma categoria gramatical em oposição a uma classe de palavras lexicais, como a dos advérbios propriamente ditos, que atuam como modificadores no Nível Interpessoal e no Representacional.

Por conseguinte, os advérbios locativos, fenômenos aqui eleitos como objeto de estudo, são vistos em outra dimensão de intersubjetividade, em que atuam como entidades tipicamente fóricas, no caminho entre o Componente Conceptual e o Componente Contextual da GDF. O que propomos discutir, portanto, é o modo como o arcabouço da GDF consegue explicitar formalmente a economia discursiva propiciada pelo contexto para evitar a repetição desnecessária de constituinte. Veja, a esse propósito, a representação⁸ de (1) em (3).

- (3) a. A reunião correu bem?
 $(e_1 (f^1 : (\text{correr})_v : (\text{bem})_{\text{Mann}} (e_2 : \text{reunião} (e_2)) (f^1)) (e_1))$
 b. Correu.
 $(e_1 (f^1 : \text{correr}_v (f^1)) (e_1))$

Apesar de (3b) codificar somente a palavra *correu*, estão subentendidos no enunciado, o sentido de um evento, como *reunião* atuando como argumento de *correr* e o modo como se processa o Estado de Coisas, *bem*. Esses recursos *in absentia* somente podem ser usados em (3) mediante uma relação intersubjetiva entre os interlocutores, com especial atenção ao fato de as informações que o falante pretende modificar serem facilmente acessadas pela memória de curto prazo do ouvinte, presentes, no caso, no estrato semântico do Componente Contextual.

⁸ Nessa representação, “e” identifica um estado de coisas, ou seja, um entidade de segundo grau que pode ser localizada no espaço e no tempo e pode ser avaliada em termos de sua realidade; “f” representa uma propriedade configuracional, ou seja, uma relação não hierárquica entre o predicado e seus argumentos; finalmente “Mann” (*Manner*), representa um modificador de modo.

A influência de fatores contextuais é fundamental para uma teoria que se propõe descrever como se produzem os enunciados de uma língua natural, como a GDF. Em uma visão mais rígida, o contexto é entendido como um conjunto de elementos bem delimitados, cuja influência na mente do falante tem caráter discreto, determinável, oferecendo, assim, alto poder preditivo. Já outra noção de contexto, mais flexível, permite que ele seja concebido como um conjunto de elementos menos delimitados em sua forma generalizante, mas com alto poder explicativo em seus casos particulares. Para exemplificar o caso mais flexível, vejamos (4).

- (4) Inf.: ah ele nunca chegô(u) a me contá(r) que/ como foi essa **história de suicídio** mas **ele já me falô(u) que tentô(u) se matá(r)**... mas nunca:: chegamo(s) ao ponto de como que foi essa/ as histórias (de sui/) como ele tentô(u) se matá(r) mas... (AC-043; NR: L. 104-106)

Em uma narrativa, o falante evoca a existência de uma história de suicídio que havia sido mencionada por um amigo. Embora a narrativa maior envolva outra temática, essa breve menção do suicídio o deixa, por um tempo determinado, disponível na memória de curto prazo dos interlocutores, de maneira que podem fazer menção a possíveis causas ou circunstâncias relacionadas a esse evento mediante recursos morfossintáticos, como o artigo definido, que indicam o status de informação dada.

Apesar da disponibilidade de *história de suicídio* não ser recuperável cotextualmente de fragmentos anteriores do discurso, qualquer usuário da língua entende perfeitamente o uso de um pronome demonstrativo como referência ao tópico. Basta haver concordância entre os falantes sobre o status de informação dada na situação interacional. Por outro lado, uma visão mais rígida de análise da influência do contexto no discurso vai se pautar apenas pelas informações mais facilmente observadas na situação comunicativa ou no discurso anteriormente mencionado, que dependem pouco ou quase nada de um exercício de inferência. Um bom exemplo é o mencionado em (5).

- (5) ¡Qué pálid-a est-ás!
What pale-F.SG COP-IND.PRS.2.SG.FAM
“Como você está pálida!” (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 10)

A categoria de gênero no feminino da palavra *pálida* é reconhecida, no espanhol e no português, como um processo de natureza flexional e, portanto, obrigatório. O uso do morfema *-a* codifica a informação de gênero, disponível apenas no contexto da interação face a face. Trata-se de um caso em que a informação contextual, que é não inferível, mas facilmente apreensível, é responsável pela codificação sistemática de um morfema na oração em (5).

A GDF, em seus princípios teóricos, preocupa-se em explicar como informações linguísticas de natureza pragmática ou semântica são responsáveis pela codificação sistemática na morfossintaxe ou na fonologia de uma determinada língua. Trata-se do Princípio de Codificação Formal (Keizer, 2015, p. 15). Hengeveld e Mackenzie (2008) não se dedicam, no entanto, a explicar a complexidade

teórica que implica o conceito de contexto, mas ressaltam a relevância gramatical desse componente em termos formais com base na justificativa de “haver tantos aspectos envolvidos no contexto de interação, que se poderia argumentar, que têm um impacto incidental sobre as escolhas linguísticas de um falante; desse modo, modelá-los em nossa teoria a privaria de grande parte de seu poder”⁹ (Hengeveld, Mackenzie, 2008, p. 10, tradução nossa).

Não obstante essa posição, os autores elencam alguns fenômenos linguísticos como altamente dependentes de contexto, como a anáfora, a voz reflexiva e os encadeamentos narrativos. Para abordar esses fenômenos, tratam os dois primeiros no limite do ato discursivo e mencionam que o terceiro, por se tratar de um fenômeno que abrange porções textuais maiores, é justamente objeto de exame de uma gramática do discurso.

Um olhar sobre a obra de Hengeveld e Mackenzie (2008) mostra que o foco recai sobre o Componente Gramatical. No entanto, o refinamento do Componente Contextual, bem como o do Conceptual e o de Saída, contribuiria, certamente, para aumentar o poder explanatório da teoria.

Alguns autores se debruçaram sobre esse tema dentro do arcabouço da GDF, analisando o contexto e sua relevância para a produção do discurso: Connolly (2007) e Hengeveld e Mackenzie (2014), adicionam a distinção entre os componentes situacional e discursivo. Giomi (2014), por seu lado, propõe como se dá a interação entre os Componentes Contextual, Conceptual e Gramatical (2014), e como essa interação participa da organização das informações na mente do ouvinte. Na seção seguinte, trataremos dos desenvolvimentos teóricos do Componente Contextual no arcabouço da GDF.

2. O componente contextual na GDF

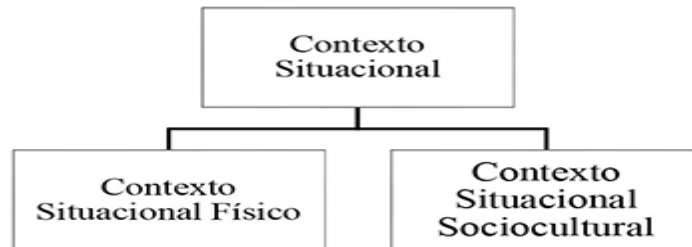
Em um estudo que antecede a publicação de Hengeveld e Mackenzie (2008), Connolly (2007) já postulava uma visão dinâmica do Componente Contextual para dar conta do armazenamento de enunciados no contexto que podem vir a ser recuperados na produção de enunciados posteriores. O autor elenca quatro tipos distintos de contexto (Connolly, 2007, p. 14), sendo o mais fundamental o que se dá entre o Contexto Discursivo e o Situacional. Enquanto o Contexto Discursivo se ocupa das informações relevantes disponíveis para o enunciador (linguísticas, contextuais, conceptuais, pré-verbais) o Contexto Situacional, abarcando as informações disponíveis externas ao discurso, não se relaciona, em um primeiro momento, com a gramática da língua. As distinções propostas incluem as seguintes subcategorias: (a) Contexto Discursivo versus Contexto Situacional; (b) Contexto Físico versus Contexto Sociocultural; (c) Contexto Restrito versus Contexto Abrangente; (d) Contexto Mental versus Contexto Extramental.¹⁰

⁹ Cf. o original: *There are so many aspects of the context of interaction that could be argued to have an incidental impact upon a speaker's linguistic choices that modelling them within our theory would deprive it of much of its power.*

¹⁰ O Contexto Mental e o Extramental, tal como propostos por Connolly (2007), tratam, respectivamente, das informações já disponíveis na mente do falante e das que ainda podem ser incluídas. No entanto, trata-se de uma distinção pouco relevante para o presente trabalho, que pretende focar enunciados efetivamente produzidos, e, portanto, já disponíveis no contexto mental.

Nesse contexto teórico, o contexto situacional pode ser dividido entre contexto físico e contexto sociocultural, conforme mostra a figura 1.

Figura 1: O Contexto Situacional



Fonte: Adaptado de Connolly, 2007, p. 15

O Contexto Situacional Físico é responsável por armazenar informações como o tempo, o espaço e os participantes presentes na situação comunicativa, ao passo que o Contexto Situacional Sociocultural armazena os fenômenos não materiais, como a organização social de normas e comportamentos. A relevância dessa distinção para a análise de alguns enunciados foi reconhecida mais tarde, por Hengeveld e Mackenzie (2014). Por se tratar apenas de material linguístico, o contexto discursivo não comporta uma distinção física e sociocultural.

Quanto a outra possível divisão, aplicável tanto ao Contexto Discursivo quanto ao Situacional, é a que se dá entre Contexto Situacional e Discursivo Restrito ou Abrangente, conforme mostra a figura 2.

Figura 2: Componentes Contextuais



Fonte: Adaptado de Connolly, 2007, p. 15

O Contexto Discursivo Restrito, ou cotexto, consiste em enunciados já produzidos no discurso e de fácil acesso para a memória discursiva do ouvinte, estando ainda mais salientes no registro escrito, já que o texto é consultável e editável depois de emitido. Esses enunciados contribuem com informações de curto prazo para a organização informacional entre novo e dado, além de servir de âncora para a organização coesiva. Para entender como se dá essa relação, considere-se a ocorrência (6).

(6) Doc.: mas ela mordeu sua irmã?

Inf.: mordeu... porque minha tia falô(u) que era pra ela mordê(r)... minha mãe nossa minha mãe chorô(u) ficô(u) muito chateada éh::... qua/ queria embora (antes de)... queria í(r) embora pra praia... quase que ela perdeu a amizade com/ com meu tio... porque meu tio falô(u) que... ele fica do lado da esposa dele... aí minha mãe foi ela ficô(u) emba(i)xo de chuva com a minha irmã no colo... e com a minha tia foi telefoná(r) porque ela num usava o telefone da casa do meu tio ela ia no orelhão... telefoná(r)... **então ela ligô(u) pro meu pai... éh::... pro meu pai ela foi contá(r) isso...** (AC-056; NR: L. 71-88)

O fragmento discursivo em (6) mostra como o emprego da palavra gramatical *isso* encapsula completamente uma narrativa dada antes, um processo licenciado apenas pela consideração de informações disponíveis no Componente Contextual Discursivo Restrito.

Já no que concerne ao Contexto Discursivo Abrangente, Connolly (2007, p. 15) destaca o uso do termo *intertexto*, postulado por Cook (1992), para definir informações cotextuais acessíveis com base em outro texto já enunciado previamente. A título de exemplo, pode-se mencionar o exemplo (4), aqui repetido por conveniência.

(4) Inf.: ah ele nunca chegô(u) a me contá(r) que/ como foi essa **história de suicídio** mas **ele já me falô(u) que tentô(u) se matá(r)...** mas nunca:: chegamo(s) ao ponto de como que foi essa/ as histórias (de sui/) como ele tentô(u) se matá(r) mas... (AC-043; NR: L. 104-106)

Nesse fragmento textual, a evocação da narrativa de suicídio, não disponível no texto corrente da situação comunicativa, é capaz de ativar novo enunciado. Como se trata de um texto efetivamente produzido, é relevante referir-se a ele cotextualmente, e não contextualmente.

O Contexto Situacional Restrito, por seu lado, refere-se a informações circunstanciais presentes no evento comunicativo, que permitem, por exemplo, codificar o morfema de gênero feminino no espanhol e no português. Observa-se a ativação desse contexto no português pelo uso do dêitico espacial (*d*)*aqui* no exemplo (7), que pressupõe um acordo intersubjetivo em que se fala do lugar em que se encontram os interlocutores.

(7) sempre tem que sê(r) no/ na última rodada faz todo mundo sofrê(r) então foi éh foi boa sim... eu/ eu/ eu achei... eu achei óh por/ por mais que:: **você sai daqui vai lá pa Goiânia...** (AC-033; NE: L. 120-122)

Connolly (2007) acrescenta que, a diferença possível entre o lugar evocado no enunciado e o lugar da comunicação corrente implica a necessidade de compartilhar o contexto situacional restrito com informações contidas em ambos os espaços.

A última divisão postulada é a distinção entre Contexto Mental e Contexto Extramental, justificada pelo autor com base na possibilidade de o primeiro já influenciar as escolhas comunicativas

do falante e de o segundo conter todo o restante das informações compartilhadas na interação, mas não disponíveis na mente dos participantes.

Concordamos, aqui, com a visão de Connolly (2007) da impossibilidade de acessar objetivamente o que se passa na mente do enunciador. Os contextos discursivo e situacional, sejam restritos ou abrangentes, sejam físicos ou socioculturais, são mentais porque se acham disponíveis ao falante na interação e, portanto, facilmente acessíveis no processo de comunicação. O contexto extramental estaria disponível apenas depois de atingir um grau suficiente de relevância discursiva.

Passemos, agora, a examinar uma contribuição relevante de Giomi (2014) para o desenvolvimento do Componente Contextual. Partindo do conceito de gramática da GDF, que, como vimos, tem uma orientação descendente, totalmente voltada para a produção, esse autor propõe uma inversão do fluxo de comunicação, previsto pelo modelo, para ser possível incluir também o outro lado da moeda, ou seja, o processo de compreensão, o que implica, portanto, a necessidade de atribuir relevância ao papel do contexto.

É relevante ressaltar que tanto Giomi (2014) quanto Connolly (2007) concordam com o fundamento situacional das informações compartilhadas tanto no processo de Formulação quanto no de Codificação. Concordam também que a informação contextual é, primeiramente, inserida no Componente Conceptual para depois passar para o Componente Gramatical. Hengeveld e Mackenzie (2014) propuseram um acréscimo significativo no Componente Contextual da teoria, que dialoga com algumas das ideias apresentadas por Connolly e Giomi.

Hengeveld e Mackenzie (2014) lançaram um novo olhar sobre o Componente Contextual, em comparação ao texto de 2008, o que permitiu fazer acréscimos relevantes no arcabouço teórico. Preservam, no entanto, o postulado de que “a relação estreita (do Componente Contextual) com a Componente Gramatical implica, a nosso ver, que esta não abrange tudo o que é tratado como ‘contexto’ na vasta literatura pragmática, mas deve ser limitado a interagir com o Componente Gramatical de uma forma de uma forma restrita e baseada em princípios”¹¹ (Hengeveld; Mackenzie, 2014, p. 204; tradução nossa).

Informações contidas no Componente Contextual são relevantes apenas quando forem responsáveis pelos efeitos sistemáticos que provocam na gramática de uma língua, em atendimento ao Princípio da Codificação Formal (Keizer, 2015, p. 15), que postula ser relevante para a GDF apenas a informação que apresentar algum reflexo na morfossintaxe ou na fonologia da língua descrita.

Desse posicionamento, emergem duas consequências: (i) para Hengeveld e Mackenzie (2014), o Componente Contextual não tem universalidade do ponto de vista translinguístico, uma vez que diferentes tipos de informações são relevantes para a gramática de diferentes línguas, não havendo, assim, a necessidade de postular primitivos contextuais; (ii) para manter a atuação do componente dentro do escopo do princípio da codificação formal, os autores excluem da proposta de gramática

¹¹ *The close relation with the Grammatical Component entails, in our view, that it does not cover everything that is dealt with under ‘context’ in the vast pragmatics literature but must be constrained to interact with the Grammatical Component in a restricted and principled manner.*

informações externas como gênero textual, projeto comunicativo geral (campanha eleitoral, por exemplo), ou cenários institucionais, que não exercem influência direta no sistema gramatical de uma língua (Hengeveld; Mackenzie, 2014, p. 206).

No desenvolvimento teórico que dedicam ao Componente Contextual, os autores postulam a existência de quatro estratos, cada um correspondendo a um nível do Componente Gramatical, apresentando cada um desses estratos dois tipos de informação: discursivo ou situacional. A informação situacional apresenta importância apenas nos estratos relacionados à formulação (informações pragmáticas e semânticas), enquanto o contexto discursivo está disponível nos quatro estratos.

Com base nas propostas anteriormente mencionadas, e nas contribuições de Rijkhoff (2008) e Cornish (2009), Hengeveld e Mackenzie (2014) adicionaram as seguintes informações ao componente Contextual da GDF: (a) indicação dos participantes presentes no evento de comunicação; (b) aspectos do local em que o evento ocorre; (c) o tempo de ocorrência do evento, que comporta a consciência do enunciador da passagem do tempo, chamado de “Relógio do Componente¹²” (Hengeveld; Mackenzie, 2014, p. 206-207).

Entre essa proposta e a de Connolly (2007) há um grau considerável de intersecção teórica, o que se percebe no fato de Hengeveld e Mackenzie (2014) apresentarem uma síntese das distinções relevantes. Essas distinções, que se enquadram nas distinções entre “Restrito vs. Abrangente”, bem como entre “Físico vs. sociocultural”, aparecem, principalmente, nas dimensões de tempo e espaço, fundidos na proposta dos autores: o Componente Contextual Discursivo armazena as análises de cada nível que já apareceram no evento comunicativo.

Os processos de expansão e redução recebem especial atenção dos autores por permitirem denotar a dinamicidade do processo de alimentação do Componente Contextual. As informações mais recentes aparecem disponíveis no topo do acervo, enquanto as informações mais antigas tendem a desaparecer ao longo do tempo (controlado pelo Relógio do Componente). Para exemplificar esses processos, os autores apresentam o exemplo (8), formalizado como (9).

(8) Iank met Maryl yesterday. Hek had just visited Annm.

$$(9) \quad \begin{array}{ccccc} (x_k) & & (x_l) & & (x_m) \\ & & (x_k) & & (x_l) \\ & & & & (x_l) \end{array}$$

(Hengeveld; Mackenzie, 2014, p. 210)

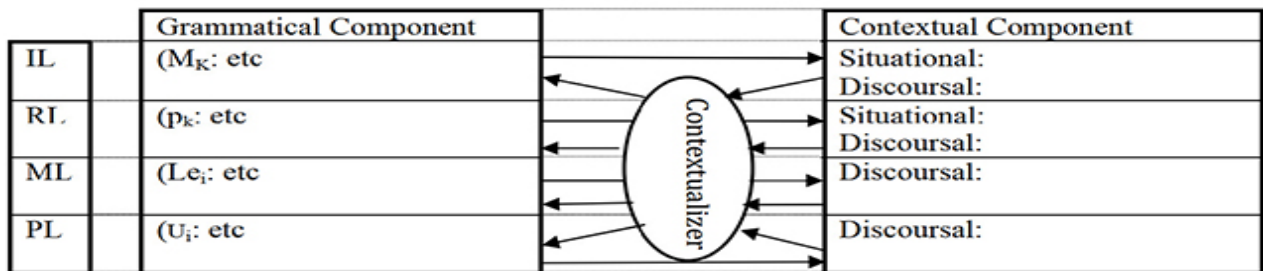
Sugere-se, nos exemplos (8) e (9), o uso da variável (x) para representação do Indivíduo para facilitar a compreensão do Componente Contextual sem a necessidade de criar, assim, um novo sistema de notação. O exemplo mostra o modo como os indivíduos Ian, Mary e Ann são sucessivamente

¹² Hengeveld e Mackenzie (2014) chamam de *Relógio do Componente* os efeitos que a passagem do tempo, e consequentemente, o avanço da comunicação e do discurso no contexto.

evocados no discurso, sendo o grau de ativação de que passam a dispor representado na expansão das variáveis ao longo da oração. O nível de ativação, no entanto, ressaltam Hengeveld e Mackenzie (2014), é bastante subjetivo e depende de fatores como gosto pessoal e até a obsessão do falante por uma entidade referencial.

Outro acréscimo proposto pelos autores é a intervenção de um *Contextualizador*, que, atuando entre os dois componentes envolvidos, faz a passagem da informação contextual para o Componente Gramatical, assim como das informações gramaticais para o Componente Contextual. A figura 3 ilustra o funcionamento do Contextualizador.

Figura 3: Relações entre os níveis do Componente Gramatical e os níveis do Componente Contextual



Fonte: Hengeveld; Mackenzie, 2014, p. 213.

Tendo discutido as três propostas, passemos, agora, aos aspectos teóricos que permitem compreender o lugar da intersubjetividade na GDF no que concerne à análise dos advérbios locativos. A proposta que optamos por preservar é a de Hengeveld e Mackenzie (2014) em razão de incorporar a existência de um Componente Contextual Discursivo e de um Componente Contextual Situacional.

Concordamos, por outro lado, com Connolly (2007) que o contexto situacional dispõe das informações restritas e abrangentes. As restritas, lugar e momento da comunicação, são explicitamente mencionadas por Hengeveld e Mackenzie (2014), enquanto as abrangentes, apesar de não mencionadas explicitamente pelos autores, podem ser incluídas quando forem pertinentes para a análise, sem necessidade de apelar para outros meios de formalização.

O contexto discursivo, por sua vez, interage com os quatro níveis e mostra uma convergência entre as propostas de Hengeveld e Mackenzie (2014) e Connolly (2007) no conceito compartilhado de Componente Contextual Discursivo Restrito ou cotexto. Quando se fala em intersubjetividade, no entanto, é relevante separar um cotexto inerente ao texto corrente (Componente Contextual Discursivo Restrito) e um cotexto derivado da relação do texto corrente com outros textos (Componente Contextual Discursivo Abrangente), com a finalidade de diversificar a quantidade de informações disponível na mente dos interlocutores.

Por outro lado, a dificuldade de representar formalmente a noção de contexto sociocultural nos obriga a descartá-lo da análise, uma vez que os tipos de valores que ele incorpora têm baixo grau de influência na codificação morfosintática e fonológica de enunciados em respeito ao Princípio de Codificação Formal.

Outra opção teórica que assumimos é considerar que o Componente Contextual passa primeiramente as informações relevantes na produção do enunciado para o Componente Conceptual, que são, em seguida, usadas, na orientação descendente do modelo, no processo de formulação e de codificação do Componente Gramatical. Acrescente-se ainda, no entanto, que o Componente Contextual deve de fato dispor de estratos correspondentes a cada nível, de tal modo que as informações emergem à medida em que se processa a produção do enunciado.

Com base em todas essas alterações propostas para o Componente Contextual, passamos a discutir, na seção seguinte, como a articulação dos componentes da GDF permite dar uma explicação teoricamente pertinente para a intersubjetividade. Articulando a proposta de Mackenzie (2017) sobre a intersubjetividade na GDF e os acréscimos de Hengeveld e Mackenzie (2014) no arcabouço teórico do Componente Contextual na teoria, vamos enfocar, a seguir, a análise de advérbios locativos como um caso exemplar de intersubjetividade ancorada formalmente na codificação morfossintática desse tipo de palavra gramatical.

3. Apresentação dos dados e da amostra

A presente análise se baseia em exemplos de uso real da língua falada retirados do banco de dados *Iboruna*, que foi constituído no bojo do projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista), inicialmente proposto pelos membros do GPGE, o Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional da UNESP de São José do Rio Preto (Gonçalves, Tenani, 2008), e exemplos de uso real da língua escrita retirados de edições da revista *CartaCapital*, especificamente das edições de junho de 2019 a junho de 2020.

Tem pertinência para a análise a aplicação a dados falados e escritos uma vez que, no registro escrito, a disponibilidade do contexto situacional restrito (cotexto) é permanente, não dependendo, portanto, apenas da memória de curto prazo dos interlocutores, como no caso do registro falado. Compõem a amostra 65 dados do registro falado e 25 dados do registro escrito. Por se tratar de uma análise de natureza qualitativa, e não quantitativa, esse número é suficiente e perfeitamente satisfatório para a observação de diferenças de funcionamento do contexto nas duas modalidades. O olhar direto voltado para os dados nos permitiu identificar as cinco categorias, elencadas na primeira coluna da tabela 1, de conformidade com a proposta de Connolly (2007) e Hengeveld e Mackenzie (2014).

Tabela 1: Usos Contextuais de fóricos no Português

Usos Contextuais	Amostra Falada		Amostra Escrita	
	n	%	n	%
Anafóricos Cotextuais	33	52,3	12	48
Catafóricos Cotextuais	12	19,0	2	8
Anafóricos Situacionais Restritos	7	11,1	6	24
Anafóricos Situacionais Abrangentes	1	1,5	5	20
Catafóricos de especificação	10	15,8	0	0
Total	63		25	

Fonte: Elaborada pelos autores

Identificamos como *Anafóricos Cotextuais* as ocorrências em que emerge um fórico locativo após prévia menção no discurso: uma reativação com ancoragem cotextual de uma entidade mencionada previamente nas circunstâncias da interação. Esse uso, mais recorrentemente encontrado, pode ser visto no exemplo (10).

- (10) **a Pernambucanas** dá do tamanho do shopping aqui de tão/ de tão GRANde (cara) éh nem tinha shopping aqui em Rio Preto naquela época que eu fui **lá...** enorme e é boNIta viu? (AC-069; DE: L. 211-213)

Em (10), o advérbio anafórico *lá* retoma um constituinte previamente mencionado no texto, *Pernambucanas*. Um processo similar acontece com os casos identificados como Catafórico Cotextual: ocorre um elemento catafórico, que remete a um referente mencionado posteriormente no cotexto, como mostram (11) e (12).

- (11) aí até que o namorado dela o que mora aqui em Rio Preto foi pra **lá... pra São Paulo...** pra fazê(r) a escolinha e ficô(u) lá definitivo... (AC-046; NR: L. 172-174)
- (12) Num artigo de revista, o pastor ouviu falar de uma cidade do interior do Brasil, geograficamente protegida em caso de conflito nuclear. A ainda incipiente comunidade mudou-se, então, para **lá - Belo Horizonte**. (CartaCapital, abril, 2020, n. 1103, p. 45)

Em (11), *lá* funciona como um dêitico catafórico referindo-se a *São Paulo*. Já em (12), *lá* ativa previamente a evocação de *Belo Horizonte*. Um olhar cuidadoso sobre esses dois dados permite perceber que o uso de *lá* é tanto catafórico, ao participar da referenciação de um elemento que a ele se segue, quanto, provavelmente, anafórico, já que, ao empregar a palavra *lá*, o falante faz a reflexão tardia para alertar o interlocutor da posição demasiado distante do referente anterior na superfície textual, o que demanda, portanto, uma reativação como um ato interpessoal de correção (Pezatti; Camacho, 2023).

Já os usos de situacionais restritos, mostrados em (13) e (14), identificam casos em que o constituinte na função Locativo não encontra ancoragem cotextual, prevista pelo Componente Contextual Discursivo, mas nas próprias circunstâncias de interação, como prevê o Componente Contextual Situacional restrito.

(13) Inf.: eu vô(u) falá(r) como/ como/ como eu faria pra saí(r) **daqui** e chegá(r) na casa do meu pai... (AC-083; RP: L. 292-293)

(14) O movimento de vocês é ilegal. Vocês têm cinco minutos para pegarem os seus parentes, as suas esposas e seus filhos e saírem **daqui** em paz. (CartaCapital, março 2020, n 1095, p. 19)

Tanto em (13) quanto em (14), a recuperação da referência do advérbio fórico (*d*)*aqui* depende de um acordo intersubjetivo sobre a identificação do lugar físico onde se encontram falante e ouvinte. Digamos, portanto, que o falante leva seriamente em conta a autoimagem de seu destinatário para que ele seja plenamente capaz de acessar as informações veiculadas no contexto da interação. Em (13), o falante, na condição de entrevistado, considera o advérbio locativo *aqui* representando o lugar da interação, podendo, por isso, evocá-lo em seu enunciado com a certeza de ser plenamente acessível ao interlocutor. Já em (14), um participante faz um ato declarativo sobre a ilegalidade do movimento a um grupo de policiais que protestam dentro de um quartel. O ato de alerta, *saírem daqui*, pode ser enunciado sem mesmo ter sido o local textualmente ativado; nesse caso, os interlocutores são plenamente capazes de ativar o referente pretendido acessando o componente contextual situacional restrito.

Outro uso na amostra, mostrado em (15) e (16), identificado como o mais abrangente do componente contextual situacional, configura uma relação de intersubjetividade que requer um grau ainda mais elevado de dependência do destinatário, uma vez que a referência depende de um processo de inferência. Pode-se recuperar o referente do constituinte anafórico, contemplando-se apenas a observação do contexto situacional abrangente, que identifica informações disponíveis por inferência, não presentes, portanto, na situação de interação.

(15) ele ligô(u) pa polícia... da divisa aqui de Fronte(i)ra... e disse pa polícia o seguinte... que:: era uma denúncia anônima... e que mais ou menos por volta de tal hora tal:: de tardezinha... que **ia passá(r) por lá**... né? (AC-109; NR: L. 242-244)

(16) No dia seguinte, as redes sociais explodiam em elogios uma criatura que só não anda **por aí** com uma auréola de santo porque não acredita, ele mesmo na santidade. (CartaCapital, março 2020, n 1097, p. 54)

Em (15), a menção à polícia da divisa da cidade de Fronteira torna suficientemente disponível o referente de *delegacia de polícia*, que, apesar de não ter sido evocado no discurso, é facilmente inferível como referente do advérbio dêitico locativo *lá*. Apesar de *andar por aí* não fazer menção a

um lugar específico, trata-se de um locativo cujo espaço físico é conhecido pelos dois participantes da interação como uma generalização.

O último caso que identificamos representa um uso enfático do locativo catafórico com tendência de ocorrer na posição imediatamente anterior ao Pp locativo, como mostram os exemplos (17) e (18).

(17) Inf.: ah eu gosto mais... aqui em casa Eles gostam mais tam(b)ém... (a)inda/ ainda mais depois desse do Habib's aí cê... né::?... num sei no começo quando... eu ia **lá em Jundiaí** eu gostava de í(r) lá (AC-096; RP: L. 315-317)

(18) aí eu i/ tinha que vim **aqui pa minha casa** que tava em reforma (AC-066; NE: L. 7-8)

Tanto em (17) quanto em (18), o uso dos advérbios fóricos *lá* e *aqui* não ativa um ato discursivo de correção, já que os casos de (17) e (18) não mostram processos de hesitação mediante uso de pausa. Como se trata de uma construção mais ou menos fechada com um único constituinte locativo *lá em Jundiaí* e *aqui pa minha casa*, o uso de advérbio locativo *aqui* acompanhado do Pp indica um procedimento de especificação do referente locativo em função do excesso de generalidade dos advérbios fóricos envolvidos. A relação de intersubjetividade nesse caso se assenta no cuidado do falante com sua própria autoimagem e com a autoimagem do ouvinte. O uso de um advérbio fórico generalizante na situação de interação, como *aqui*, pode indicar um contexto abrangente demais. Logo, antes que seja corrigido pelo ouvinte numa tomada de turno, o falante emprega um sintagma preposicionado na posição imediatamente posterior ao advérbio, o que implica também tornar a informação mais acessível ao destinatário e, ao mesmo tempo, salvar sua própria face de um ato de correção (Pezatti; Camacho, 2023). Esses casos representariam potencialmente uma etapa significativa do processo de gramaticalização ou construcionalização discutido por Oliveira (2023), para construções V_m Loc, como *espera lá, olha aqui, sei lá*.

Como esse tipo de construção contém um advérbio fórico em uma relação catafórica muito próxima de seu alvo referencial, ele não será objeto de análise de intersubjetividade. Na sequência, passamos a mostrar o modo como a relação de intersubjetividade se aplica aos quatro primeiros casos, por evocação do componente contextual com base em acordos tácitos entre os interlocutores.

4. A expressão de intersubjetividade nos dados

A intersubjetividade é uma propriedade relevante para o arcabouço da GDF, se não romper com o Princípio da Codificação Formal, na medida em que fatores semânticos e pragmáticos com alguma regularidade forem responsáveis por influenciar sistematicamente a morfossintaxe e a fonologia dos enunciados de uma língua. O nível de regularidade dessas informações depende do tipo de informação observada. No caso do gênero de um indivíduo referenciado no discurso é óbvio haver pouca ou nenhuma abertura para ambiguidade referencial em razão da codificação regular das marcas de gênero na morfossintaxe.

Também os referentes cotextualmente ativados admitem um grau razoável de regularidade na codificação: é maior o grau de recuperabilidade do termo, quanto mais próximo estiver de sua retomada anafórica. Por outro lado, comportam algum grau de ambiguidade referencial na interação os casos de reativação cotextual, como o uso de *lá* em referência a um espaço previamente mencionado em (19), ou seja, a escolinha em São Paulo, e a eventual enunciação da entidade referencial, *pra São Paulo*, logo após o constituinte locativo, conforme mostra (20).

- (19) ele começô(u) a fazê(r) **escolinha em São Paulo da polícia**... aí:: aí começô(u) a fazê(r) escolinha da polí::cia e tal... então assim o contato foi fican(d)o um po(u)co maior... um po(u)co mais pra frente... aí que aconteceu?... ele ia pra **lá** e ele nossa era muito apaixonado por ela (AC-046; NR: L. 156-159)
- (20) aí até que o namorado dela o que mora aqui em Rio Preto **foi pra lá... pra São Paulo...** pra fazê(r) a escolinha e ficô(u) lá definitivo... (AC-046; NR: L. 172-174)

Finalmente, casos de referência por inferência, como o de (21), são ainda menos regulares por dependerem de um acordo mais específico entre os falantes. Inferências podem, por vezes, demandar um ato de esclarecimento. O uso de um locativo semanticamente indeterminado e genérico, como *onde*, no turno de A, leva B a uma ilocução interrogativa solicitando especificação, reiterada no último turno por A.

- (21) A: Aí ele voltou pra **onde** tudo começou.
- B: Pra **casa dele**?
- A: Pra **casa dele**. Era o melhor lugar para começar do zero.

Na tabela 1, elencamos cinco categorias: *anafóricos cotextuais*, *catafóricos cotextuais*, *anafóricos situacionais restritos*, *anafóricos situacionais abrangentes* e *catafóricos de especificação* de conformidade com a proposta de Connolly (2007), secundada por Hengeveld e Mackenzie (2014). A intersubjetividade nos anafóricos e catafóricos cotextuais está no acordo tácito entre os sujeitos interagentes sobre qual elemento previamente mencionado no contexto discursivo é referenciado pelo fórico locativo. Um advérbio fórico como *aqui* se licencia como receptor de todos os operadores gramaticais e os modificadores lexicais que seu referente pode receber.

- (22) **a Pernambucanas** dá do tamanho do shopping aqui de tão/ de tão GRANde (cara) éh **nem tinha shopping aqui em Rio Preto naquela época que eu fui lá... enorme** e é **boNIta** viu? (AC-069; DE: L. 211-213)

Sem precisar acrescentar nenhuma informação, o falante pode adicionar os modificadores *enorme* e *bonita*, a *Pernambucanas*, retomada pelo advérbio locativo endofórico *lá*.

O postulado de Hengeveld e Mackenzie (2014) de que o Componente Contextual atua no encadeamento do discurso a partir da ativação de determinados elementos do contexto, disponíveis na mente dos interlocutores, licencia trechos longos de conversação em que se usam locativos fóricos para garantir o encadeamento, sem a necessidade de repetir a evocação do lugar, o que implicaria num esforço redundante. Incluímos em (23)-(25) uma sequência de trechos extraídos de uma mesma entrevista (AC-093), em que é possível observar a atuação de advérbios locativos licenciando o encadeamento narrativo.

- (23) Inf.: éh tem sim éh:: **inclusive estamos indo amANHÃ éh pra lá** eu gosto muito de pescaria... e nós temos **lá uma fazenda em Mato Grosso** éh::/ éh um bocado longe daqui lá né? (AC-093; DE: L. 157-159)
- (24) distrai então a gente... toda/ todo ano esse mês de julho normalmente **a gente vai pra lá com a família fica lá...** oito ou dez dias (AC-093; DE: L. 167-169)
- (25) então **é um lugar** assim que... éh num tem energia num tem gelade(i)ra a gente quando **vai assim pra lá** tem que... tem que levá(r) éh gelo... (AC-093; DE: L. 174-175)

Os contextos discursivos situacionais, restrito ou abrangente, por outro lado, são responsáveis por atribuir propriedades pragmáticas e semânticas a um determinado constituinte evocado em vista do acordo intersubjetivo sobre sua disponibilidade no contexto. Os fragmentos em (26a) poderiam ser alterados em (26b) para adicionar um modificador adjetival, *pequena*, e um aposto, o Np *a casa*.

- (26) a. ninguém::... gasta dinhe(i)ro assim::... ah... vai lá e chama o pintor **pra vim aqui** fazê(r) o orçamento não::... (AC-106; DE: L. 435-437)
- b. ninguém::... gasta dinhe(i)ro assim::... ah... vai lá e chama o pintor **pra vim aqui** fazê(r) o orçamento não::... *e é pequena, a casa, não deve ficar caro.*

O uso de *aqui* em (26a) é facilmente recuperável como espaço compartilhado pelos interlocutores, e o de (26b), um exemplo construído, constitui uma alteração possível, em que o morfema de feminino no modificador *pequena* está ativado, em um primeiro momento, apenas em razão de informações do contexto situacional restrito. No entanto, o falante pode escolher ser solidário com seu ouvinte e mencionar explicitamente o constituinte núcleo *a casa* na sequência discursiva.

Note-se que o mesmo ocorre com o componente contextual situacional abrangente, exemplificado em (27a).

- (27) a. ele ligô(u) pa polícia... da divisa aqui de Fronte(i)ra... e disse pa polícia o seguinte... que:: era uma denúncia anônima... e que mais ou menos por volta de tal hora tal:: de tardezinha... que **ia passá(r) por lá...** né? (AC-109; NR: L. 242-244)

- b. ele ligô(u) pa polícia... da divisa aqui de Fronte(i)ra... e disse pa polícia o seguinte... que:: era uma denúncia anônima... e que mais ou menos por volta de tal hora tal:: de tardezinha... que **ia passá(r) por lá**... né? *Fica escondidinha, assim, na beira da rodovia, a delegacia.*

Qualquer constituinte acessível no componente contextual situacional é menos ancorado do que os disponíveis no componente contextual discursivo. Dessa maneira, o referente de *delegacia* é menos acessível em (27a) do que o referente *casa* em (26a). O primeiro depende de um esforço mental maior de inferência do que o segundo para ser reativado. Ainda assim, as duas possibilidades se repetem: o modificador *escondidinha* pode receber flexão de gênero em vista do referente que modifica, caso a sequência do enunciado contivesse uma referência ao Np *a delegacia* no exemplo construído de (27b).

O que se nota, ao olhar para essas quatro ativações do contexto na produção de um enunciado, é que o acesso ao componente contextual não depende unicamente de uma percepção objetiva da realidade, e nem unicamente subjetiva e individual, mas de um acordo intersubjetivo sobre as informações não referencialmente problemáticas. Essa situação acaba por influenciar a codificação desses referentes perfeitamente recuperáveis por meio de percepção ou de inferência realizadas pelos sujeitos interagentes.

Por fim, apesar de não tratarmos especificamente dos casos de catafóricos de especificação, reafirmamos a hipótese de que o uso de um locativo anafórico relativamente distante de seu referente acaba exigindo a repetição dele em posição imediatamente adjacente ao do advérbio locativo, o que pode levar à reiteração de uma construção de [Advérbio locativo fórico + preposição+ lugar], conforme mostra (28), que representa os casos de (29-32).

(28) [[A_{dv} Loc_{catafórico}] + [[Prep] [Lugar]]]_{pp}.

(29) aí eu i/ tinha que vim **aqui pa minha casa** que tava em reforma (AC-066; NE: L. 7-8)

(30) aí ele foi preso né? foi **lá na delegaci::a**... e uma coisa que eu vi tam(b)ém na delegacia a do(u)tora S. lá a delegada [Doc.: sei] ela da mulher... bateu na cara de::le tudo... (AC-039; NE: L. 22-24)

(31) “óh cê vai tê(r) que dá(r) a volta **aqui na lagoa aqui** né?” —... e eu:: né? —“que lagoa linda né?” (AC-069; DE: L. 166-167)

(32) saindo **daqui da/ da Cristóvão Colombo** em fren/ de frente pro Ibilce (AC-083; RP: L. 293)

Observe-se ainda que os dados do registro falado são quantitativamente mais numerosos que os do registro escrito, e que esses casos de reiteração de locativo são exclusivos da amostra falada, o que se pode atribuir à necessidade constante de reativar os referentes que se pretende preservar como acessíveis ao interlocutor. Na modalidade escrita, essa necessidade é atenuada ou mesmo

impedida pela disponibilidade das palavras no suporte físico, situação em que o leitor pode recuperar as informações que julgar necessárias para a compreensão dos trechos subsequentes.

Considerações finais

O presente trabalho se propôs a demonstrar, com base em dados reais de uso dos advérbios fóricos locativos, o lugar da intersubjetividade no arcabouço da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008. Para isso, partimos dos postulados de Connolly (2007), Hengeveld e Mackenzie (2014) e Mackenzie (2017) para demonstrar que o contexto é, em certo grau, sistematizável com índices regulares, na morfossintaxe, dos traços de um evento comunicativo enunciado. Nesse caso, a intersubjetividade dos advérbios fóricos para a GDF é uma propriedade resultante de um pacto entre os sujeitos interagentes de que só se podem obter certas informações, sejam elas de natureza pragmática ou semântica, a partir desse acordo tácito, em que percepções e inferências influenciam o processo de produção dos enunciados.

A análise dos dados nos permitiu ver quatro categorias analisáveis de contexto, nas quais postulamos três graus de recuperabilidade do referente: em primeiro lugar, situam-se os casos de contexto anafórico ou catafórico, como os mais facilmente recuperáveis por estarem, de fato, disponíveis no texto para ancorar os processos morfossintáticos. Em segundo lugar, situam-se os casos de contexto situacional restrito, que dependem de maneira mais significativa do acordo entre falantes, que utilizam o conteúdo referencial para indiciar informações situacionais do evento comunicativo, como no caso do gênero em línguas com esse tipo de flexão (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Por fim, situam-se em terceiro lugar os casos que ativam o componente contextual situacional abrangente. Por não se tratar de informações recuperáveis no discurso, esses conteúdos referenciais dependem exclusivamente das relações intersubjetivas, em que o ouvinte necessita fazer inferências sobre o referente evocado pelo falante mediante o uso de um advérbio fórico. A dependência da comunicação nessa crença e no acordo sobre as inferências licenciadas ou não é a mais clara evidência de intersubjetividade no discurso de um ponto de vista da GDF.

Para resumir, então, a intersubjetividade pelo uso do Componente Contextual em relação ao Componente Conceptual, o esquema contido no gráfico 1 relaciona os tipos de contexto com o grau de intersubjetividade neles envolvido.

Gráfico 1: Tipo de contexto e grau de intersubjetividade

Contexto Discursivo	>	Contexto Situacional Restrito	>	Contexto Situacional Abrangente
-grau de intersubjetividade				+grau de intersubjetividade

Fonte: Elaborado pelos autores

Reafirmamos que essa escala prevê a existência de um acordo tácito entre os interlocutores na interação sobre a distância maior ou menor entre o conteúdo referenciado e o advérbio fórico

envolvido. Quanto mais distante a relação, maior o ruído que causa na comunicação, situação que requer a reativação do referente mediante o uso do fórico junto com um sintagma preposicionado especificador na forma $[[A_{dv} Loc_{catafórico}][[Prep] [Lugar]]_{pp}$. Como, para Traugott e Dasher (2002), as dimensões de subjetividade/objetividade devem ser concebidas em termos gradientes, a escala acima mostra claramente que as expressões mais objetivas, situadas no extremos esquerdo da escala, são justamente as que requerem um grau mínimo de inferências.

Agora, para finalizar esta seção, reavaliando o espaço que Butler e Gonçalvez-García (2005) conferem à GDF na escala em que as abordagens funcionalistas centram foco na dimensão cognitiva, é possível, em face dos resultados aqui discutidos, isolar a GDF da posição no polo mais formalista, que lhe atribui os autores, para dar ao modelo um espaço diferenciado entre esse polo mais formalista e o polo mais cognitivista, não obstante a natureza pré-verbal conferida por Hengeveld e Mackenzie (2008) ao Componente Conceptual.

Referências

- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem *In: Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães *et al*; revisão técnica de Eduardo Guimarães. Campinas SP: Pontes, 1974.
- BUTLER, Cristopher S.; GONÇÁLVES-GARCIA, Francisco. Situating FDG in Functional-Cognitive space: an initial study. *In: MACKENZIE, J. Lachlan; GÓMEZ-GONZÁLEZ, María de los A. (ed.) Studies in Functional Discourse Grammar*. Bern: Peter Lang, 2005, pp. 109-158.
- CONNOLLY, John H. Context in Functional Discourse Grammar. *Alfa*, São Paulo, v. 51 n. 2, pp. 11-32, 2007.
- COOK, Guy. *The discourse of advertising*. London: Routledge, 1992.
- CORNISH, Francis. Text and discourse as context: Discourse anaphora and the FDG contextual component. *In: WANDERS, Gerry; KEIZER Evelien. (org.). Web Papers in Functional Grammar*. v. 82, Special Issue: the London Papers, 18p., 2009.
- FERRARI, Lilian. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- GIOMI, Ricardo. Grammar, context and the hearer: A proposal for an addressee-oriented model of Functional Discourse Grammar. *Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA)*, v. 24, n. 2, pp. 275-296, jun. 2014
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; TENANI, Luciani Ester. Problemas teórico-metodológicos na elaboração de um sistema de transcrição de dados interacionais: o caso do projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista). *Gragoatá (UFF)*, v. 25, 2008, pp. 165-183
- HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. Grammar and context in Functional Discourse Grammar. *Pragmatics* v.24, n. 2, pp. 203-227, 2014.

- HENGEVELD, Kees; DALL'AGLIO HATTNER, M. M. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. *Linguistics*, v. 53, n. 3, pp. 479-524, 2015.
- KEIZER, Evelien. *A Functional Discourse Grammar for English*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- LANGACKER, Ronald. W. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol. I. Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987
- LYONS, John. Deixis and subjectivity: *Loquor, ergo sum?* In: JARVELLA, Robert J.; KLEIN, Wolfgang (org.), *Speech, Place, and Action: Studies in Deixis and Related Topics*. New York: Wiley, 1982, pp. 101-124.
- MARQUES DE LIMA, Carmen Rita Guimarães. Os dêiticos espaciais como instrumento de orientação da atenção. In: MIRANDA, Neusa Salim; SALOMÃO, Maria Margarida Martins (org.), *Construções do português do Brasil*. Da gramática ao discurso. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009, pp. 331-353.
- OLIVEIRA, Mariângela Rios de. Pronomes locativos no português na perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso. In: OLIVEIRA, Mariângela Rios de. (org.) *Articulação do espaço no português*. Campinas, Pontes, 2023, pp. 83-118.
- PEZATTI, Erotilde Goreti; CAMACHO, Roberto Gomes. Uma análise discursivo-funcional da correção. *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. especial, pp. 31-66, 2º semestre, 2023.
- RIJKHOFF, Jan. Layers, levels and contexts in FDG. In: GARCÍA VELASCO, Daniel; RIJKHOFF, Jan. *The noun phrase in Functional Discourse Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2008, pp. 63-115.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, [1916] 1977.
- SILVA, Augusto Silva da. Inter-subjetificação na linguagem e na mente. *Revista Portuguesa de Humanidades. Estudos Linguísticos*, v. 15, n. 1, pp. 93-110, 2011.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- VERHAGEN, Arie. *Constructions of Intersubjectivity: Discourse, Syntax, and Cognition*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- WERNER, Kelly. A intersubjetividade antes da subjetividade na teoria da enunciação de Benveniste. *Revista Signótica*, v. 18, n. 2, pp. 397-411, 2006.